

<https://doi.org/10.26512/pl.v9i18.29649>

Ensaio recebido em: 18/02/2020

Ensaio aprovado em: 21/04/2020

Ensaio publicado em: 31/08/2020

AS CATEGORIAS ONTOLÓGICAS NÃO SUBSTANCIALISTAS E A TEORIA DE LORENZ PUNTEL

NON-SUBSTANTIATING ONTOLOGICAL CATEGORIES AND THE THEORY OF LORENZ PUNTEL

Simão José da Silva Júnior¹

(simaojose_junior@hotmail.com)

Ângelo Fernando Carvalho²

(angelocarvalhoufsc@gmail.com)

RESUMO

O presente texto apresenta teorias que dão alternativas à teoria substancialista do *ser*, passando por *Kant*, *Zemach*, *Williams*, *Frege* e *Lawe*, e tem seu foco na teoria categorial de *Lorenz Puntel*. Na procura da dimensão absolutamente universal (ou primordial) do *ser*, *Puntel* encontra na partícula *meta-(...)* a correspondência ao que se pode considerar como o *ser* absolutamente universal. Isso decorre de sua reflexão lógico-semântica, que parte do operador teórico “*é o caso que*”, que é o que possui ante si a partícula universal *meta-(...)*. Aliás, a partícula absolutamente universal, ou *ser primordial*, é *pressuposta* do operador teórico, e aqui se pretende tratar como *Puntel* articula e chega a tal conclusão; defende-se aqui também que para *Puntel* tal partícula absolutamente universal não tem como *predicado* “existir” ou “ser determinado”.

Palavras-chave: Ser Primordial. Existir. Categoria. Substância.

ABSTRACT

This text presents theories that give alternatives to the substantialist theory of *being*, passing through *Kant*, *Zemach*, *Williams*, *Frege*, and *Lawe*, and has its focus on *Lorenz Puntel's* categorial theory. In the search for the absolutely universal (or primordial) dimension of *being*, *Puntel* finds in the *meta-(...)* particle the correspondence to what can be considered the absolutely universal *being*. This stems from his logical-semantic reflection, which starts from the theoretical operator “*is it the case*”, which has the universal *meta-(...)* particle before it. In fact, the absolutely universal particle, or *primordial being*, is *presupposed* by the theoretical operator, and here we intend to deal with how *Puntel* articulates and reaches this conclusion; we also argue that for *Puntel* such an absolutely universal particle does not have as *predicate* “exist” or “be determined”.

Keywords: Primordial Being. Exist. Category. Substance.

¹ Graduando em Filosofia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7547717900729997>.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2749-4058>.

² Graduando do Curso de Pedagogia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4115448505528930>.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8637-0659>.



1 INTRODUÇÃO

Que o homem tende ao conhecer, isso já foi outrora afirmado por Aristóteles e aceita-se facilmente. Conhecer, contudo, como atitude propriamente humana – e para alguns divina – abrange muitos âmbitos, como os objetos (aquilo que apreendemos com os sentidos), a matemática, a *psique*, enfim, várias formas e áreas. Não obstante, no cotidiano é factível que o conhecimento sensível prevaleça, ainda mais sua interrelação com os demais indivíduos, na comunicação: um partilhar de nossas opiniões cotidianas nos diálogos. Nessas opiniões professamos principalmente aquelas ideias mais imediatas (refiro-me aqui àquelas sem reflexão justificada), como, por exemplo: dizer que *isto* que vejo é uma flor, que o que ouço agora é o *Noturno em E bemol maior* de Chopin, ou ainda que a cor do vestido que minha mãe está usando é igual ao azul da Bretanha, ou que Rodrigo de Haro, ao fazer os painéis da reitoria da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), fez sua melhor obra, ou que o bolo da vovó está delicioso etc.

Mas uma questão que já se pode fazer é que, se digo algo sobre algo, quer dizer, quando falo sobre o que há predicando qualidades, propriedades, pressuponho que *existe* esse algo. Mas de que maneira esse algo é? *O que é* o azul da Bretanha, ou *o que é* o *Noturno* de Chopin, ou *o que é* o bolo delicioso da vovó? Em suma, *o que é isso que há? Existem* do mesmo modo? *São* da mesma maneira? Tais questões são próprias da ontologia, e pretendemos abordá-las nestas linhas com a principal questão: *como dizer ou pensar o que há?*

Essa indagação é consequência da filosofia ontológica de Immanuel Kant (filosofia transcendental, que é o sistema de todos os nossos conhecimentos *a priori*) – e de outros filósofos e lógicos mais –, quando se abandonou a teoria substancialista, a qual buscava na coisa mesma o substrato que permanece e sustenta a coisa enquanto ela é, algo que não seria material, mas que existiria e estaria presente nas coisas e permitiria a mudança. Na busca por superar as teorias substancialistas, que surgiram exatamente para elucidar o problema da mudança em relação ao ser das coisas (como poderiam as coisas permanecer as mesmas através das mudanças?), passou-se a pensar ontologicamente, dentre outros vieses, sobre a coisa que há num aspecto lógico-semântico.

Inicialmente, há de se considerar que a ontologia tem um papel importante e autônomo na reflexão filosófica ainda hoje, dado que não mais se limita a descrever o “ser” (algo como sendo), mas, antes, atende a uma reflexão própria,



com conceitos básicos e estritos para seu estudo – principalmente “*ser*” e “*existir*”, trazendo seus problemas: “*o que há?*”, “*o que é isso que há?*”, “*como isso que há existe?*”, “*qual é a identidade disso que há?*”. Tal ontologia, portanto, não busca esclarecer o real, mas sim reflexiona como *dizemos* o real, com seus próprios conceitos ontológicos, irreduzíveis a outros campos do conhecimento filosófico, tais como epistemologia, lógica, ética, estética e tantos mais, sendo ainda base conceitual para esses referidos campos. Tendo sido aclarados esses pontos, enfim, este estudo busca num primeiro momento tratar brevemente da categoria de substância, no que tange aos principais conceitos, problemas e contraposições ontológicos em Aristóteles, Kant, Frege, Lowe, Williams e Zemach, para então chegar à proposta de Puntel e tratar de alguns outros conceitos trazidos e delimitados ontologicamente por tais autores frente a problemas ontológicos.

2 FUNDAMENTAÇÃO

378 Ao passo dos objetivos buscados, o termo “substância” tem sua origem no grego com a palavra *ousia*, que significa “o ser”, ou seja, aproxima-se do que conhecemos como *coisa*, como *objeto material*. Substância, contudo, não é material; substância vem a ser o fundamento ou substrato (segundo Aristóteles) que está sob a coisa visível, e tal conceito surgiu exatamente para a explicação da mudança nas coisas visíveis. Por que posso dizer que a muda que plantei quando menino é a mesma árvore de trinta metros que hoje faz sombra em minha casa? Por que dizemos que a rocha derretida num vulcão, líquida e vermelha, é rocha tanto quanto a que, expelida desse vulcão, é cinza e sólida? A resposta a tais perguntas é: porque a substância permanece a mesma. Essa é a tese das teorias ontológicas substancialistas.

Pari passu, cabe aqui tratar de um conceito-chave nas teorias ontológicas vindo desde Aristóteles: as categorias. Segundo o dicionário de Abbagnano, “as categorias são os modos em que o ser se predica das coisas nas proposições, portanto os predicados fundamentais das coisas” (ABBAGNANO, 1999, p. 121). Seriam os conceitos mais gerais em que caem todos os objetos, de modo que não caiam em mais que um desses conceitos mais gerais. Numa visão contemporânea, “as categorias são classificações fundamentais que determinam a maneira como pensamos e falamos sobre o mundo” (PUNTEL, 2001, p. 8). A



categoria de substância é usualmente tomada como a categoria mais primária e mais fundamental. Ela é mesmo?

Existem objeções fortes contra as teorias substancialistas. Uma primeira contraposição é a dificuldade de conceituar definitivamente o que seja substância, pois dizer que *existe independentemente*, ou que *não é predicável*, ou que *existe por si mesma* – que são as características mais usualmente empregadas ao conceito – não diz o que a substância é. Também se critica a noção de substância como *substrato*, ou *substrato nu*, ou ainda *tipo*. Como pode ser um *substrato nu*, se possui o atributo de ser substância e também o atributo de não possuir propriedade? Ainda, como pode ser a substância *tipo*, se essa teoria diz que substância é uma instância de seu próprio tipo, quer dizer, as substâncias são elas mesmas sujeitos de todos os atributos essenciais associados a elas? Como ficaria a instanciação universal? Haveria um problema de identidade. Ora, percebe-se que a teoria substancialista não qualifica o conceito de substância como uma categoria ontológica suficiente para tal classificação de categoria universal. Mas existe alternativa? Há aqueles que buscam encontrar tal alternativa categorial.

Um marco nesse processo foi Immanuel Kant, que trouxe a tese de que “*ser*” e “*existir*” não são propriedades. Uma consequência é que outro ou outros conceitos são usados para substituir os conceitos de “*ser*” e “*existir*”, como os conceitos de espaço, tempo e limite, em Eddy Zemach, como veremos mais à frente. Kant, desse modo, mudou o foco do estudo metafísico do objeto, levando-o para o sujeito. O sujeito constrói a realidade (giro copernicano): uma dedução transcendental das categorias (*a priori*). Não é o sujeito que se orienta pelo objeto, mas o objeto que é determinado pelo sujeito. O chamado “giro copernicano” do pensamento, instaurado por Kant, significa a mudança do enfoque regulador do conhecimento: até Kant, o conhecimento era regulado pelo objeto, mas Kant vem dizer, ao contrário, que o enfoque deve estar no sujeito que conhece. O porquê se encontra no Prefácio da *Crítica da razão pura*, ao dizer que o objeto dos sentidos se regula por nossa faculdade de intuição (KrV, B17, KANT, 2015, p. 30). Assim como fez com Copérnico – e Kant cita esta questão (KrV, B16, KANT, 2015, p. 29) –, que tirou a Terra do centro do sistema e pôs o Sol, afirmando que este estava ao centro e a Terra é que o circundava, e não o contrário, também fez Kant, ao dizer que o centro do conhecimento está no sujeito, e não no objeto. Nesse tocante, é possível relacionar essa ideia com a analogia do juiz nomeado e do estudante diligente, que aparece no prefácio da *Crítica da razão pura*, pois um conhecimento dependente do objeto apenas está preso a ele, ao que ele “dá”; está



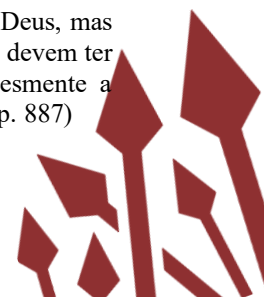
preso como um aluno que se deixa ditar tudo o que o professor quer, passivamente. Ao contrário, sendo o sujeito o *regulador* do conhecimento, vem a assemelhar-se a um juiz nomeado, que obriga as testemunhas a responderem às perguntas que lhes impõe (KrV, B13, KANT, 2015, p. 28). Tal “doutrina” de Kant é conhecida como Idealismo Transcendental, e entende-se como transcendental a “condição da experienciabilidade e cognoscibilidade dos objetos: é aquilo que o sujeito põe nos objetos no próprio ato de experimentá-los e de conhecê-los” (REALE; ANTISERI, 2005, p. 375). Dessa maneira, reafirma-se:

Denomina-se transcendental todo conhecimento que, em geral, se ocupa não tanto com objetos, mas com o modo de conhecimento de objetos, na medida em que ele deva ser possível *a priori*. Um sistema de tais conceitos denominar-se-ia filosofia transcendental. (KrV, A26, KANT, 1980, p. 33)

380 Kant afirmou que uma verdadeira e racional ontologia (ou melhor: o conhecimento das coisas) passa pelo estudo de como pensamos os objetos que se nos dão no fenômeno³, devido ao fato de que o “ser evidentemente não é um predicado real” (KrV, A626, KANT, 1980, p. 300). Disso transcorre o fato de que acrescentar a uma certa coisa que essa coisa é real implica que não se acrescenta nada à essa coisa. Para Kant, então, a função da categoria é construir os próprios objetos da experiência, limitando o conhecimento humano aos fenômenos, “consolidando-se de forma definitiva o abismo entre a subjetividade e a coisa em si mesma” (OLIVEIRA, 2010, p. 82). Contudo, ainda há uma noção de substância que trata-a como uma “necessidade interna de permanência dos fenômenos”; o modo de ser da substância seria, assim, o “eu penso”, e a categoria primária seria o *pensar* (Puntel, nesse ponto, diz que *pensar e dizer* são dois lados da mesma moeda no conceito de categoria contemporâneo). Todavia, não sendo a substância um predicado real, não pode ser um conceito de alguma coisa que se pode acrescentar ao conceito de uma coisa⁴.

³ *Fenômeno* em Kant é aquilo que é formado na mente do sujeito, ou seja, não é objetivo nos moldes ontológicos, isto é, não objetivo propriamente enquanto não substancialista; a partir desse pensamento kantiano, buscou-se refletir sobre como pensamos o que há, ou como dizemos o que há, que é o molde atual da pesquisa ontológica. Diz Kant nos *Prolegômenos a toda a metafísica futura*: “Eu, pelo contrário, afirmo: são-nos dadas coisas como objetos dos nossos sentidos e a nós exteriores, mas nada sabemos do que elas possam ser em si mesmas; conhecemos unicamente os seus fenômenos, isto é, as representações que em nós produzem, ao afetarem os nossos sentidos. Por conseguinte, admito que fora de nós há corpos, isto é, coisas que, embora nos sejam totalmente desconhecidas quanto ao que possam ser em si mesmas, conhecemos mediante as representações que o seu efeito sobre a nossa sensibilidade nos procura, coisas a que damos o nome de um corpo, palavra essa que indica apenas o fenômeno deste objeto que nos é desconhecido, mas, nem por isso, menos real” (Prol., A63, KANT, 1988, p. 58).

⁴ “Se eu disser Deus é ou que Deus existe, não estarei afirmando um predicado novo do conceito de Deus, mas apenas o conceito em si, com todos os seus predicados, e o objeto em relação ao meu conceito. Ambos devem ter exatamente o mesmo conteúdo, porém nada se pode acrescentar ao conceito que expressa simplesmente a possibilidade quando penso seu objeto como dado (com a expressão ‘ele é’).” (ABBAGNANO, 1999, p. 887)



Uma alternativa não substancialista foi pensada por Eddy Zemach, que traz a proposta de que há quatro ontologias completas e autossuficientes, sem a necessidade de conjunção de uma a outra⁵. Essas quatro ontologias voltam-se exatamente a esculpir as entidades, seja como contínuas ou como limitadas no espaço e no tempo⁶, a saber: entidades limitadas no tempo e no espaço (*eventos ou não continuantes*), entidades contínuas no tempo e limitadas no espaço (*coisas ou continuantes no tempo*), entidades limitadas no tempo e contínuas no espaço (*processos ou continuantes no espaço*) e entidades contínuas no espaço e no tempo (*tipos ou continuantes puros*).

A *ontologia de eventos* é qualquer região espaço-temporal preenchida que não seja em muitos lugares ou em muitos instantes, pois possui um limite espaço-temporal e deve ter sua entidade (os eventos⁷) existindo em sua inteireza exatamente limitada nessa área, sendo que cada parte dessa área contém uma parte do evento completo. Já a segunda, a *ontologia de coisas*, é apenas particular e trata da espaço-temporalidade dos objetos; por exemplo, ao nos depararmos com uma coisa, podemos dizer “esta cadeira”⁸, “esta mesa”, “minha casa”. O conceito de uma coisa é o conceito de algo que é definido em sua localização no espaço, mas é indefinido em sua localização no tempo.

A terceira, a *ontologia de processos*, prevê que, se o mundo pode ser visto como certa totalidade de coisas, pode ser também visto como uma totalidade de processos; e não que seja necessária uma nova linguagem de processos, mas basta perceber “que os processos, como coisas, nada mais são do que segmentos dinâmicos de eventos”⁹ (ZEMACH, 1970, p. 239). Na quarta, a *ontologia de tipo*, porém, são reconhecidas substâncias que não são limitadas nem no tempo nem no espaço.

Donald Williams, por outro lado, trata em sua teoria do que ele chamou de *Alfabeto do Ser* e seu silabário, os *tropos*. O pensador afirma que tropo é a categoria crucial: é uma entidade particular, que é ou abstrata ou consiste em uma ou mais entidades concretas

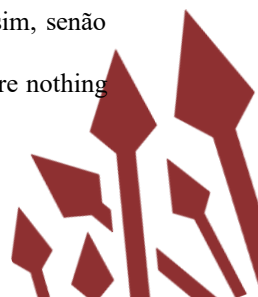
⁵ Minha constatação particular é que Zemach trouxe quatro ontologias *monocategóricas*.

⁶ O autor defende que todas as entidades de uma ontologia deveriam ser acomodadas espaço-temporalmente, e as entidades platônicas (não espaço-temporais) não deveriam ser acomodadas por nenhuma ontologia. As quatro ontologias de Zemach são acomodadas no tempo e no espaço, com entidades construídas como limitadas e contínuas no tempo e no espaço.

⁷ “Os eventos são as únicas substâncias desta ontologia. Apenas elas podem ter nomes próprios genuínos e ser objeto de predicação. Uma descrição do mundo na linguagem desta ontologia é uma descrição de eventos, suas propriedades e suas relações.” (ZEMACH, 1970)

⁸ A partir disso, podemos também retirar um exemplo para um evento, pois *esta cadeira* é uma coisa, mas posso dizer que há uma fatia temporal da cadeira ou que me sento nela em uma de suas fatias temporais; ou uma fatia no espaço – a cadeira vai do piso até sessenta centímetros acima. Mas normalmente não a vemos assim, senão como uma coisa, uma cadeira inteira, e seria absurdo supor que não vejo a cadeira inteira.

⁹ Tradução própria do original em inglês: “All we have to do is to realize that processes, like things, are nothing but dynamic slice of events”.



combinadas com uma abstração. O autor rejeita, portanto, a teoria substancialista. Mas como, se há entidades concretas? Na verdade, nesse pensamento as entidades concretas são coleções de tropos, quer dizer, entidades concretas são formadas por muitos tropos, e, quando predico algo sobre essa entidade “concreta”, digo somente um tropo, um particular abstrato, da coleção de tropos dessa entidade. Predicação é, assim, identificar um tropo (ou os tropos) que está presente no objeto, é elencar uma sílaba desse alfabeto. “Entidades como as nossas partes finas ou componentes abstratos são os constituintes primários deste ou de qualquer mundo possível, o próprio alfabeto do ser.” (WILLIAMS, 2006, p. 6)

Um exemplo possível é o objeto “*uma rosa*”, que é *vermelha*, com um certo *perfume*, certa *forma*. A rosa é a coleção de tropos, o *sujeito* da *predicação*. O predicado é exatamente a cor vermelha, o certo perfume, a forma, ou seja, são tropos. Mas como os tropos se conectam nessa coleção? Williams diz que por duas maneiras fundamentais: semelhança e localização. A localização é uma conexão externa; conectam-se os tropos no modo de coincidência, no sentido de distâncias e direções: “pertencendo a, ou estando inerente em, ou caracterizando, uma mesma coisa”. Assim, há uma conexão do vermelho e do perfume numa rosa, estando eles inerentes numa localização, uma *cor-mais-perfume*. Essa soma de coincidência ocorre por meio da localização e, quanto maiores as coincidências, menos abstrata. Então, *cor-mais-perfume-mais-forma* é menos abstrata do que *cor-mais-perfume*. Essa soma se segue até chegar ao inteiramente concreto¹⁰. Já a relação entre os tropos por semelhança é uma relação interna; quer dizer, a semelhança faz pensar a semelhança menor ou diferença maior entre dois tropos, como o verde e o azul. “Qualquer mundo possível, e, portanto, é claro, este aqui, é completamente constituído por seus tropos e suas conexões de localização e semelhança, e quaisquer outras que houver.” (WILLIAMS, 2006, p. 8)

A teoria de Williams interessou a Lorenz Puntel. Este, em sua análise, depara-se com a teoria de feixes, principalmente de tropos, e a considera como a mais adequada para uma teoria ontológica categorial, que não alcançou seu objetivo por precisar somente de uma linguagem que substituísse a ‘linguagem tradicional’ da tradição substancialista, o que Puntel chama de “deficiência sistemática da teoria dos tropos” (PUNTEL, 2001, p. 12). Nessa busca, ele encontra em Strawson a prefiguração de uma linguagem “sem particulares”, a trazer traços fundamentais que em sua teoria se enquadram como, por exemplo, “*está chovendo agora*”.

A principal dificuldade, porém, é que se mantém a ideia de sujeito, e, assim, a de predicação, a qual Puntel buscava extinguir. Isso o faz querer buscar uma

¹⁰ Possuiria todo o alfabeto do ser.



crítica fundamental às concepções de substância, que passa a uma crítica à predicação no nível da linguagem de predicados de primeira ordem, a qual, por sua vez, baseia-se completa e fundamentalmente no *Princípio de Composicionalidade* (PCPS). Assim, tendo-se uma predicação do tipo “Fx”, o *sujeito x* é pressuposto de modo permanente e fundamental. Não obstante, Puntel viu em G. Frege a possibilidade de um caminho a ser seguido, com a formulação do *Princípio de Contextualidade Sentencial* (PCTS), em que “somente no contexto de uma sentença as palavras têm um significado”.

Mas, para evitar o que muitos pensadores afirmam, a saber, que PCPS seria uma versão fraca do PCTS, Puntel formula o sentido forte do PCTS (S-PCTS): (1) é incompatível com o PCPS; (2) termos singulares e predicados são eliminados de sentenças em seu estatuto ontológico¹¹, sendo elas chamadas de *sentenças primárias*, da forma “verdeja”, “chove”, “leiteia” e semelhantes. Numa linguagem do português, então: “F-zando”, “F-zar”; (3) essas sentenças primárias expressam um conteúdo informacional, e esse conteúdo pode ser designado de *estado de coisas primário (primestado)*, compreendido no uso da expressão “F”. A *verificação* desse estado de coisas primário (*primestado*) se dá quando ele é um fato, ou seja, ocorre ou é verdadeiro. Esse primestado que *ocorre* é chamado fato primário (*primofato*). “Fato” é exatamente “pensamento que é verdadeiro”¹². Primestados não são apenas uma categoria ontológica entre outras, pois, para Puntel, eles são a única categoria ontológica em um nível mais fundamental. Se a estrutura semântica delineada é aceita, a ontologia adequada é uma ontologia monocategorial. Assim, a proposta de Puntel é monocategorial, não composicional e não substancialista.

Ademais, como já citado, Puntel teve grande influência de G. Frege. Qual a maneira, porém, de caracterizar a ontologia desse pensador? Resumidamente, Frege pensou que a predicação ocorre de dois modos: “a relação de *subsunção* de um objeto a um conceito e a relação de *subordinação* de um conceito a outro conceito” (BRAIDA, 2013, p. 193). Além disso, o conteúdo de um predicado é diferente do conteúdo de um nome, e até mesmo o nome pode tanto designar algum objeto (particular) quanto um conceito (universal): o azul pode designar a cor azul como também o universal azul.

¹¹ Aqui se percebe que há uma diferença para com os tropos de Williams, pois este trata a existência da predicação por meio da estrutura do objeto concreto como uma coleção de tropos, e trata a predicação como a identificação de tropos que estão presentes na coleção de tropos, os objetos.

¹² A estrutura semântica que acaba de ser esboçada conduz a uma importante conclusão: as únicas entidades (ou tipos de entidade) admissíveis são os primestados (e, levando-se em conta o estatuto completamente determinado dos primestados, os primofatos). Em outras palavras: estados primários não são apenas uma categoria ontológica entre outras, eles são a única categoria ontológica em um nível mais fundamental. Se a estrutura semântica delineada é aceita, a ontologia adequada é uma ontologia monocategorial.



Frege diz que objetos e conceitos são diferentes irredutivelmente; isso porque são de naturezas distintas, já que objetos são completos e conceitos, incompletos. Sendo assim, segundo ele, o que é próprio de um não é próprio do outro. Como já vimos com Puntel, Frege defende que as palavras só têm significado no contexto de uma sentença. Frege concebeu isso por meio de uma quadrificação categorial, defendendo que se deviam diferenciar as *propriedades* de um *objeto* e as *notas características* de um *conceito*. Então, essa formulação traz os termos objetos, propriedades, conceitos e notas características, em que propriedades determinam objetos e notas características definem conceitos.

A quadripartição clássica, porém, não está em conformidade com a proposta de Frege:

O que sugere Angelelli é uma explicitação ontológica das diferentes formas de predicação. Desse modo, as distinções lógico-semânticas, referentes ao conteúdo semântico de partes sentenciais, são desdobradas e interpretadas ontologicamente. Correspondendo à distinção entre conceito e objeto, corresponde à distinção entre substância e atributo; todavia, à distinção entre conceito de primeiro nível e conceito de nível superior, agora temos várias distinções. Certamente, Frege resistiria a uma tal leitura de suas teorizações. Sobretudo, tendo em vista o caráter nominalista de suas argumentações, pois, embora ele introduza um domínio de referência objetiva para além dos estados psicológicos particulares e para além dos objetos empíricos particulares, esse terceiro domínio somente era acessível via linguagem, era, propriamente falando, um efeito do discurso, pois os domínios de referência apenas indicavam os modos de validação (*Gelten*) de enunciações. (BRAIDA, 2013, p. 198)

384

Um exemplo possível é que

[...] um pintor, um cavaleiro e um zoólogo provavelmente associarão ideias muito diferentes ao nome “Bucéfalo”. A ideia, por tal razão, difere essencialmente do sentido de um sinal, o qual pode ser a propriedade comum de muitos e, portanto, não é uma parte ou modo da mente individual. Pois dificilmente se poderá negar que a humanidade possui um tesouro comum de pensamentos, que é transmitido de uma geração para outra. (FREGE 2009, p. 134)

Além de Frege, outros estudiosos deram resposta de quadripartição ontológica, como Aristóteles, antes dele, e E. J. Lawe, o qual fez uma revisão da proposta de Frege e trouxe que as quatro categorias essenciais são *tipos e propriedades, objetos e modos*:

Os tipos são instanciados por objetos, e as propriedades e relações são instanciadas por modos. Por sua vez, os tipos são caracterizados por propriedades e relações, e os objetos são caracterizados por modos. Isso significa que a categorização



ontológica reflete dois tipos básicos de predicação: atribuir uma propriedade a um tipo, p. ex., “Gaviões são predadores”, e atribuir um modo a um objeto, por exemplo, “Esse gavião tem penas quebradas”. (BRAIDA, 2013, p. 204)

Para Lowe, uma entidade pode ser particular concreta (objeto), particular abstrata (modo), universal concreta (propriedades) e universal abstrata (tipo). Aliás, é admitida por Lowe uma imanência ou realismo “aristotélico”, já que os universais existem somente se existirem alguns casos particulares.

É de se concluir por ora, pelo que foi apresentado, que existem muitas propostas para os conceitos de categorias ontológicas, desde Aristóteles, passando por Kant e chegando até a contemporaneidade. Existem teorias substancialistas, mas com problemas que fomentaram e fomentam uma nova busca. Kant foi o inaugurador da distinção entre predicação e existência; a partir dele, a ontologia teve um novo enfoque, que os pesadores posteriores aprimoraram ou até ultrapassaram. As categorias foram pensadas como monocategoriais por uns, ou quadricategoriais por outros. Contudo, a ontologia contemporânea tem seu enfoque numa concepção lógico-semântica das categorias, mas a buscam ainda por uma categoria primária, buscada desde Aristóteles. E nisso retoma-se Puntel, pois é válido aprofundar sua teoria partindo dos anteriormente conceituados *primestado* e *primofatos* para verificar como ele chega à categoria primordial/fundamental.

Enquadrando-se na categoria de classificações mais fundamentais que determinam como falamos e pensamos, para Puntel faz-se necessária a busca do significado fundamental e mínimo da palavra “Ser”. O resultado é a ocorrência de dois principais momentos: o primeiro é negativo, trazendo “Ser” como a negação do “nada” (seria o *não nada*); o segundo se caracteriza por trazer “Ser” como a *dimensão* mais fundamental, i.e., abrangente a tudo e qualquer coisa e às quais não é possível absolutamente recuar, sejam elas coisas reais, entidades ideais, conceitos ou teorias, culminando, assim, na afirmação de que “Ser” é pressuposto por todas essas dimensões – mas “Ser” não pressupõe absolutamente nenhuma dimensão ulterior, fundamental, mais ordinária” (PUNTEL, 2015b, p. 16). Puntel vê três vias demonstrativas desse “Ser” fundamentalmente absoluto e absolutamente fundamental.

Na primeira via, o filósofo recorre à tese aristotélica “*a alma (o espírito) é de certo modo todos os entes*”, que ele retira do *De anima*, para mostrar o “Ser” como coextensionalidade intencional do espírito humano com o irrestrito *universe of discourse* (PUNTEL, 2015a, p. 377). Já a segunda via mostra o “Ser” como a dimensão mais fundamental, o que “consiste na explicitação da dimensão universal



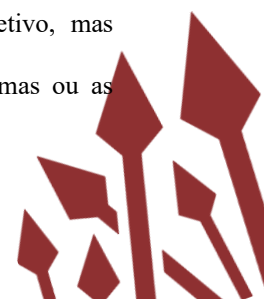
[fundamental] do “Ser” pressuposta pelo *operador teórico*, e, assim, articulada por toda sentença teórica” (PUNTEL, 2015a, p. 378, grifo e acréscimo nossos); em Puntel, ela é caracterizada pelo operador teórico “é o caso que”, que ultrapassa o simples constituir do status teórico sentencial. Para isso, o filósofo traz as partículas “*il*” (do francês), “*it*” (do inglês) e “*es*” (do alemão), que são indicativos universais, podendo-se designar como a *dimensão primordial* do “Ser”¹³. Por exemplo, tomando o *primestado* (sentença prima, lembremos) “chove”, podemos inserir em português o sinal “(…)” para designar a partícula que há em outras línguas (*il, it, es*), mas que em português não há. Assim, o que no francês é “*il pleut*” poderíamos transpor ao português como “(…) chove”. Essa sentença garante a aceitação de uma universalidade, referindo-se a todas as posições, reais ou possíveis, espaço-temporais nas quais “(…) chove” (PUNTEL, 2015a, p. 379). Analisando-se, contudo, a sentença “(…) chove” como uma sentença teórica (é o caso que), teremos o conteúdo explícito “(…)¹ é o caso que (...)² chove”. Com isso, vai-se além de uma posição espaço-temporal “(…) F-zando”: vai-se para algo *absolutamente abrangente*, aberto a tudo, a todos os casos do operador teórico: a partícula meta-(…) de todo operador teórico “(…) é o caso que”, em que “(…)” do operador teórico precede qualquer sentença declarativa, para Puntel é o indicativo da *dimensão absolutamente universal*.

Com efeito, Puntel atende a algo importante na busca do “Ser” mais fundamental, abrangente, universal: “Há, porém, algum fator que seja comum não a alguns ou muitos, mas absolutamente a todos os casos?” (PUNTEL, 2015a, p. 380). Em outras palavras, como se daria a conexão de todas as conexões, a estruturação de todas as estruturas, a coleção que fundamenta todas as coletividades? Nessa questão entra a terceira via como resposta.

Puntel apresenta dois conceitos de mundo: o primeiro é o mundo objetivo, que “é a dimensão que indica o polo objetivo na relação entre a dimensão teórico-estrutural e a dimensão dos dados¹⁴ que é compreendida e articulada pela aplicação das estruturas” (PUNTEL, 2015a, p. 382); o segundo é o MUNDO (Puntel propõe uma diferenciação na grafia para haver uma distinção) que abrange a dimensão do mundo objetivo e do mundo das conexões/estruturas. As conexões podem caracterizar-se como *indivíduo* (seres vivos, pessoas) ou como *região* (a conexão com outras da mesma espécie). Não obstante, “*existência*” é, na teoria de Puntel, um elemento do mundo (objetivo), é o “Ser objetivo”.

¹³ “Ser” é primordial, para Puntel, na medida em que não se configura como um “Ser” objetivo, mas absolutamente universal.

¹⁴ “Dados são as entidades simples já investigadas (*i.e.*, as simples sentenças ou preposições primas ou as simples estruturas ontológicas).” (PUNTEL, 2015a, p. 380)



Muitas outras questões podem ser trazidas – e Puntel as traz –, mas para o que aqui se pretende já temos em mãos a matéria-prima teórica buscada. Pensamos e falamos o “Ser das coisas” numa universalidade que não está no objeto, mas na conexão/estrutura/relação máxima do MUNDO, do “Ser” primordial, encontrada na partícula (...)–meta, a qual precede qualquer sentença declarativa/pensada, nos moldes anteriormente aclarados. O centro da discussão seguiria ao “Ser” como tal e em seu todo, mas aqui basta o conteúdo exposto, pois o presente texto não busca tratar da questão de “Deus”, o que exigiria mais linhas.

Contudo, respeitosamente trataremos brevemente de ponderações sobre a teoria de Puntel feitas por Ricardo L. Dal Forno em seu texto intitulado *Do ser se segue Deus? Considerações sobre a filosofia sistemático-estrutural de Lorenz B. Puntel*. Encontra-se no referido texto a afirmação de que Puntel retira do *Tractatus* de Ludwig Wittgenstein o operador teórico “é o caso que...”, e que esse seria o operador mais universal (DAL FORNO, 2017, p. 138). Tudo isso parece correto. Contudo, Dal Forno não aprofunda a teoria de Puntel no tocante ao próprio operador teórico, o que facilmente poderia gerar um problema, já que em Puntel encontra-se “enorme dificuldade de se objetar” (DAL FORNO, 2017, p. 136). Assim, vale ressaltar que “é o caso que” é o operador absolutamente universal, mas a dimensão absolutamente universal é a partícula meta(...), que antecede todo e qualquer operador, e não o operador teórico.

Ter excluído a partícula meta(...) da discussão talvez tenha sido o motivo de outro possível problema que se encontra. Dal Forno afirma, embasado por M. Gabriel, que “*tudo o que existe, existe dentro do Ser Primordial, ou de Deus (o domínio de todos os domínios de Puntel). Então, se o Ser primordial existe (no sentido de poder ser determinado, como pretendeu Puntel), ele precisa existir dentro de si mesmo. [...] Podemos ir ao infinito*” (DAL FORNO, 2017, p. 140). Ele se equivoca, quanto ao que se entende sobre a teoria de Puntel, quando diz que o Ser primordial existe no sentido de ser determinado. Puntel deixa claro que “a dimensão absolutamente universal do articulável teoricamente é a dimensão do ‘Ser’ primordial” (PUNTEL, 2015a, p. 380). Ora, a dimensão absolutamente universal é, lembremos, a partícula meta(...), que “não se refere a nada determinado” (PUNTEL, 2015a, p. 379). Também é sabido que o “Ser” primordial não é o “Ser” objetivo. Veja-se que, na teoria de Puntel, “existência é o mesmo que ‘Ser’ objetivo, [...] algo existe se é um elemento do mundo” (PUNTEL, 2015a, p. 384). Então, é de se perceber que o “Ser” primordial, em Puntel, não existe como algo determinado, como entende Dal



Forno. Não que a crítica não possa ter sua validade; porém, havendo confusão de conceitos, cria-se um emaranhado teórico difuso e traiçoeiro:

Ser é compreendido como a dimensão universal, que abrange tanto a dimensão do Ser objetivo, do Ser ou dos entes, portanto, do mundo objetivo, portanto, também da existência (no sentido há pouco explicado), quanto a dimensão do intelecto/espírito (com tudo o que lhe pertence). Seria, por conseguinte, absolutamente absurdo perguntar p. ex. se esta dimensão universal “existe”. Daí ser possível dizer a respeito da questão de Deus, que a questão: “Deus existe?”, tão difundida e com tanta frequência levantada e discutida, é uma questão profundamente obscura e sujeita a mal entendidos. (PUNTEL, 2015b, p. 16-17)

3 CONCLUSÃO

A título de conclusão, este texto não buscou responder ou resolver qualquer questão, mas antes buscou trazer uma reflexão sobre alguns dos problemas contemporâneos da pesquisa ontológica. O principal autor, Puntel, trouxe uma resposta à questão categorial com base em muitos outros pensadores, construindo sua teoria a partir de conceitos de autores como Zemach, Frege, Williams etc., entre tantos outros que aqui não coube trazer. O ser primordial de Puntel decorre de uma reflexão lógico-semântica do ser. Ao encontrar na partícula meta(...) a dimensão absolutamente universal do ser, ele encontra a categoria mais universal (o *primestado*). Contudo, essa categoria não existe, pois para o autor existência é algo dado no mundo (objetivo). Pelo operador absolutamente universal, chega-se à sentença como “*F-zando*”. Contudo, o operador absolutamente universal, universal enquanto operador, ainda está preso à esfera espaço-temporal; a partícula meta(...), por sua vez, está livre dessa condição, sendo totalmente livre de qualquer limitante, ou seja, absolutamente abrangente, indeterminada.

388



REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, N. *Dicionário de filosofia*. Trad. Alfredo Bosi. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BRAIDA, C. R. Quadrado ontológico e formas de predicação. In: _____. *Tópicos de ontologia*. Florianópolis: Rocca Brayde, 2013.

DAL FORNO, R. L. Do ser se segue Deus? Considerações sobre a filosofia sistemático-estrutural de Lorenz B. Puntel. *Argumentos*, Fortaleza, ano 9, n. 17, jan.-jun. 2017.

FREGE, G. Sobre o sentido e a referência. In: _____. *Lógica e filosofia da linguagem*. Trad. Paulo Alcoforado. São Paulo: EDUSP, 2009. p. 129-158.

KANT, I. *Crítica da razão pura*. Trad. Valério Rohden e Udo B. Moosburger. São Paulo: Abril Cultural, 1980. (Os pensadores)

_____. *Prolegómenos a toda a metafísica futura*. Trad. Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1988.

_____. *Crítica da razão pura*. 4 ed. Trad. Fernando Costa Mattos. Petrópolis: Vozes, 2015.

OLIVEIRA, M. A. Metafísica estrutural enquanto teoria do ser. *Sapere aude*, Belo Horizonte, v. 1, n. 2, p. 82-107, nov. 2010.

PUNTEL, L. B. O conceito de categoria ontológica: um novo enfoque. *Kriterion*, Belo Horizonte, n. 104, p. 7-32, dez. 2001.

_____. A filosofia e a questão de Deus: um novo enfoque sistemático. *Síntese*, Belo Horizonte, v.. 42, n. 134, 2015a, p. 365-395.

_____. Filosofia e teologia: como pensar sua distinção e sua unidade. In: XII Simpósio Internacional Filosófico-Teológico – “Filosofia e teologia: relações e tensões”. Belo Horizonte: FAJE, 2015b.

REALE, G.; ANTISERI, D. *História da filosofia – de Spinoza a Kant*. Trad. Ivo Storniolo. São Paulo: Paulus, 2005.

WILLIAMS, D. C. *Dos elementos do ser*. Trad. Osvaldo Pessoa Jr. São Paulo, 2006. Disponível em: <<https://www.yumpu.com/pt/document/view/20807694/dos-elementos-do-ser-dc-williams-fflch>>. Acesso em 11 fevereiro 2020.



ZEMACH, E. M. Four Ontologies. *The Journal of Philosophy*, Columbia University.
v. 67, n. 8, p. 231-247, abr. 1970.

